

# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

**Oswaldo Hideo Ando Junior  
(Organizador)**



# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

**Oswaldo Hideo Ando Junior  
(Organizador)**



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Aleksandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Lilians Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Prof<sup>ª</sup> Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Oswaldo Hideo Ando Junior

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A185 Ações e experiências para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 – 2 / Organizador Oswaldo Hideo Ando Junior. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

204 p., il.

ISBN 978-65-5706-861-8

DOI 10.22533/at.ed.618210203

1. Pandemia. 2. Covid-19. I. Ando Junior, Oswaldo Hideo (Organizador). II. Título.

CDD 614.5

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O segundo volume da Coleção “**Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19**” tem como objetivo central a disseminação científica de forma ampla e acessível à sociedade, visando contribuir para debate e proposição de alternativas para o enfrentamento da pandemia. Nesta coleção, apresenta-se uma série de capítulos que contextualizam várias ações, experiências e reflexões acerca do enfrentamento da pandemia de Sars-CoV-2 no Brasil e na América Latina, resultado de pesquisas no âmbito da ciência, tecnologia e inovação de vários desafios concernentes a diversos tipos de ações de investigações e/ou resultados de inovações.

Os estudos, ações e experimentos apresentados pelos autores nos indicam diversos olhares, ações e ensinamentos, que nos remetem ao tema central do livro tendo dezoito capítulos, que abordam os mais diversos assuntos. A temática, sem dúvida, trata-se de um tema atual e de grande relevância diante do desafio que tem sido o enfrentamento da Pandemia de Sars-CoV-2.

Convido à leitura aqueles que se interessam pelo tema, para consolidar novas perspectivas e proposições criativas para o avanço do conhecimento científico e tecnológico no enfrentamento da pandemia na América Latina e no Brasil, somando-se as informações já existentes.

Ciente da importância da disseminação da informação e da divulgação científica, em nome de dos autores, agradecemos a estrutura da Atena Editora que disponibiliza uma plataforma consolidada e confiável para cientistas e pesquisadores divulguem seus resultados.

Oswaldo Hideo Ando Junior

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **SISTEMA DE DESCONTAMINAÇÃO DE AMBIENTE BASEADO NO EFEITO LUMINESCENTE POR ESPECTRO ULTRAVIOLETA (UV-C)**

Eder Andrade da Silva

Igor Willis Mauerberg Barbosa

José Carlos Navas Palma

Matheus Vinicius Brandão

Rafael Andrade Taveira

Rafaela Faust Meyer

Oswaldo Hideo Ando Junior

**DOI 10.22533/at.ed.6182102031**

### **CAPÍTULO 2..... 18**

#### **ENSINO ONLINE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM ENSINO DE TECNOLOGIA**

Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.6182102032**

### **CAPÍTULO 3..... 30**

#### **RECURSOS EDUCATIVOS DIGITAIS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Natália Mendes de Melo Machado

Monyque Hellen Teixeira de Jesus

Nayara Araújo Silva

Adriana Toledo de Paffer

Kelly Walkyria Barros Gomes

Maria Helena Pereira de Santana

**DOI 10.22533/at.ed.6182102033**

### **CAPÍTULO 4..... 40**

#### **ESTRATÉGIAS NA DISCIPLINA DE FÍSICA: ENSINO REMOTO E HÍBRIDO RELIZADO NO ESTADO DE RORAIMA E AMAZONAS**

Barbara Adelaide Parada Eiguez

Hiderly da Silva Costa dos Santos

Leonilda do Nascimento da Silva

Suliane Alves Barbosa

Walter Fiúsa dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.6182102034**

### **CAPÍTULO 5..... 50**

#### **DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM NO CURSO DESIGN DE MODA EM TEMPOS DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Luciana França Jorge

Firmina Hermelinda Saldanha Albuquerque

Helen Christina Castro Carlos da Cunha de Oliveira

Kátia Regina Araújo de Alencar Lima

Karla Maria Carneiro Rolim

**DOI 10.22533/at.ed.6182102035**

<b>CAPÍTULO 6.....</b>	<b>61</b>
<b>EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, NO CONTEXTO DE UMA PANDEMIA - A PARTIR DA ORQUESTRAÇÃO DE VOZES DIVERSAS</b>	
Gabrielly Bos de Oliveira Gabriela Maria Natividade Marco Aurelio da Ros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102036</b>	
<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>85</b>
<b>COVID-19 E NATUREZA DA CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO SOBRE CIÊNCIA E CIENTISTA NO CONTEXTO DE PANDEMIA</b>	
Anyelle da Silva Pereira Peixoto Clécio Danilo Dias da Silva Ayla Márcia Cordeiro Bizerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102037</b>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>94</b>
<b>VALORACIÓN DE LA REESTRUCTURACIÓN DEL PROGRAMA DE INGLÉS EN UN CONTEXTO DE PANDEMIA DE UNA ESCUELA VULNERABLE EN SANTIAGO DE CHILE. LA PERCEPCIÓN DE LOS APODERADOS</b>	
Tulio Barrios Bulling Nicole Garay Guzmán	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102038</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>109</b>
<b>IMPACTO DA PANDEMIA DO SARS-COV-2 NA COMUNIDADE DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO EXTREMO SUL DA BAHIA</b>	
Vivian Miranda Lago Alessandro Martins Ribeiro Pedro Nunes Rey	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6182102039</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>123</b>
<b>EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS DE COVID-19: TENSÕES E PERSPECTIVAS</b>	
Jederson Garbin Tenório Vinícius Aparecido Galindo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020310</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>134</b>
<b>COVID-19 E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR</b>	
Bárbara de Oliveira Gonçalves Claudia Vianna de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020311</b>	

<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>154</b>
<b>IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE À PANDEMIA DO COVID- 19</b>	
Luiz Fernando Fonseca Tavares	
Laura Fernandes Ferreira	
Larissa da Fonseca Tavares	
Laís Moreira Borges Araujo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020312</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>165</b>
<b>E COMO VÃO OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM TEMPOS DE COVID-19?</b>	
Everton Silveira	
Patricia Lane Araujo Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020313</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>176</b>
<b>O TRIBUNAL DO JURI VIRTUAL EM TEMPO DE PANDEMIA: A PLENITUDE DA DEFESA E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO</b>	
Renata Botelho Dutra	
Ilma A. Goulart de Souza Britto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020314</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>189</b>
<b>A TUTELA SUBNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ADI 6.341/DF: FEDERALISMO E DIREITOS FUNDAMENTAIS</b>	
Filipe Eduardo Macedo de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020315</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>201</b>
<b>OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA</b>	
Adriane Lima Monai Montessi	
Bruno Dantas Muniz de Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020316</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>207</b>
<b>O TELETRABALHO FEMININO E A COVID 19: UMA ANÁLISE DA DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO DIANTE DO “NOVO NORMAL”</b>	
Patrícia Miron de Siqueira Ferraz	
Isabele Bandeira de Moraes D’Angelo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.61821020317</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>221</b>
<b>ESTUDO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DAS IGREJAS CRISTÃS COM SEUS FIÉIS DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS COVID-19</b>	
Fabio Andrei Kuckert Rodrigues	

Cláudio Schubert

**DOI 10.22533/at.ed.61821020318**

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>232</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>233</b>

# CAPÍTULO 17

## O TELETRABALHO FEMININO E A COVID 19: UMA ANÁLISE DA DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO DIANTE DO “NOVO NORMAL”

*Data de aceite: 17/02/2021*

*Data de submissão: 03/01/2021*

**Patrícia Miron de Siqueira Ferraz**

Universidade Católica de Pernambuco –  
UNICAP, Recife – PE  
<http://lattes.cnpq.br/2467965379147563>

**Isabele Bandeira de Moraes D’Angelo**

Universidade de Pernambuco - UPE,  
Professora da Pós-graduação da UNICAP,  
Recife-PE  
<http://lattes.cnpq.br/3491163418088431>  
<https://orcid.org/0000-0001-9592-6049>

**RESUMO:** A desigualdade de gênero possui raízes históricas, culturais e sociais pautados nos mais diversos motivos. A sociedade atribui como papel típico feminino a responsabilidade pelas tarefas domésticas, cuidados com os filhos e demais responsabilidades familiares, presente um acúmulo de papéis, mesmo quando a trabalhadora, no mercado profissional, seja excessivamente demandada pela sua função ou mesmo possua destaque profissional. Saliente-se que é atemporal o enfrentamento, pela trabalhadora, dos desafios em conciliar a vida profissional e as atividades da vida pessoal, especialmente pela sobrecarga existente simplesmente voltada para o gênero feminino que, quando abarca o Teletrabalho, sem uma preparação e ajustes necessários à nova realidade, se coloca, cada vez mais, em posição de vulnerabilidade. A partir de uma análise dessa

nova realidade e a divisão social e sexual já enfrentada pela mulher no mercado de trabalho, com o surgimento da obrigação sanitária do trabalho, preponderantemente remoto. Diante da Pandemia ficou ainda mais evidente a problemática da tripla jornada feminina que agora entrelaça o trabalho formal, o trabalho doméstico e os cuidados maternos educacionais, sejam próprios ou dos que dependem dela, tudo no entorno do lar, significando imprescindível o desenvolvimento de desdobramentos para enfrentar tais desafios. Nesse contexto, a partir do método hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica, busca-se analisar a exaustiva jornada feminina comparando a problemática social e de gênero que se intensificou com a situação atual vivenciada e os permanentes desafios, examinar minuciosamente, normas que garantam a concretização da emancipação social feminina.

**PALAVRAS - CHAVE:** Teletrabalho Feminino; Tripla Jornada; COVID-19.

**FEMALE TELETRAW AND COVID 19: AN ANALYSIS OF THE SOCIAL AND SEXUAL DIVISION OF WORK BEFORE THE “NEW NORMAL”**

**ABSTRACT:** Gender inequality has historical, cultural and social roots based on the most diverse reasons. Society assigns responsibility for housework, childcare and other family responsibilities as a typical female role, with an accumulation of roles, even when the worker, in the professional market, is excessively demanded for her job or even has professional prominence. It should be stressed that the challenges faced by



the worker in reconciling professional and personal life activities are timeless, especially due to the overload that is simply aimed at the female gender, which, when covering Telework, without the necessary preparation and adjustments to new reality, is increasingly placed in a position of vulnerability. From an analysis of this new reality and the social and sexual division already faced by women in the labor market, with the emergence of the sanitary obligation of work, which is predominantly remote. In view of the Pandemic, the problem of the triple women's journey that now intertwines formal work, domestic work and educational maternal care, whether they are their own or those who depend on her, all around the home, became even more evident, meaning the development of developments for face such challenges. In this context, based on the hypothetical-deductive method and bibliographic research, we seek to analyze the exhaustive women's journey by comparing the social and gender issues that have intensified with the current situation experienced and the permanent challenges, examining thoroughly, norms that guarantee the achievement of female social emancipation.

**KEYWORDS:** Female teleworking; Triple Journey; COVID-19.

## 1 | INTRODUÇÃO

A discussão trazida pelo presente artigo está pautada em revolver certas questões históricas que marcam a trajetória sociedade patriarcalista em que a estrutura de poder social é centralizada no homem, ou melhor, no gênero masculino, permanecendo a mulher como a figura vinculada ao cuidado e bem-estar, especialmente no entorno do lar e da família.

A evidência da pandemia COVID-19 trouxe a necessidade do isolamento social, que modificou drasticamente a rotina antes vivenciada. No caso particular da trabalhadora que já desempenhava uma “jornada tripla”, trouxe um desafio ainda maior: conciliar o trabalho, os filhos, o cuidado com o lar no mesmo tempo/espço. Diante de tal situação, como manter a saúde mental e o “existir” para além de tudo que lhe cabe como atribuição?

Nesse contexto, de maneira semelhante, destaca-se as seguintes considerações:

(...) algumas modalidades de trabalho, que antes ocupavam um lugar secundário em nossa sociedade apareceram como solução para muitos problemas. É o que observamos acontecer com o teletrabalho, com o trabalho remoto, com o home office e com a prestação de serviços por meio de plataformas digitais. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.221)

Essa realidade é permeada pelos traços históricos que envolvem a trajetória da mulher polivalente que, no prisma funcional, sempre encarou desafios diários para sua autoafirmação que com essa nova rotina agrega a administração das tarefas domésticas, o acompanhamento da aula on-line, os cuidados com um idoso, e, a mais exaustiva batalha, a prestação de serviço on-line, uma vez que o desenvolvimento das suas funções laborativas de forma remota a sujeita a confusão de papéis e sobrecarga significativa.

É notório que, neste novo modelo, os impactos são negativos emergindo uma crise de identidade dessa mulher que, por ser excessivamente demandada e com tantas funções,

desvanecesse das prioridades íntimas, já que no Teletrabalho a trabalhadora encontra-se constantemente à disposição e acaba por trabalhar muito mais.

Levando-se em consideração esses aspectos elencados que norteiam a majoração de atribuições e consequentes impactos na saúde, seja corporal ou mental, e pela inexistência de perspectivas concretas de retorno da normalidade, sendo realidade esse “novo normal” objetiva-se neste estudo demonstrar se as mulheres serão capazes de suportar essa fase sazonal do vírus sem um possível adoecimento, especialmente pela elucidação da divisão sexual?

Nesse ínterim, procura-se escutar a voz dos outros saberes, ousando através da análise metadogmática, ressignificando o Direito do Trabalho, especialmente no sentido de avaliar a saúde da Teletrabalhadora que perdeu toda a estrutura do ambiente do trabalho e mergulhou numa crise de identidade pela precarização e desconstrução estabelecida com esse “novo” modelo de prestação laboral.

O estudo procura demonstrar, a partir do método hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica, a análise da exaustiva jornada feminina, comparando a problemática social e de gênero, que se intensificou com a situação atual vivenciada, e os permanentes desafios na busca de normas que garantam a concretização da emancipação social feminina.

## **2 | TRABALHO FEMININO: UM BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS FEMININAS COMO IDENTIDADE DE GÊNERO**

A história demonstra que para galgar conquistas de alguns direitos, antes tolhidos e declarados apenas garantias dos seres do gênero masculino, as mulheres romperam barreiras significativas, que seguramente permanecem na atualidade.

Nesse contexto, assevera-se que algumas conquistas se deram através de lutas de classe ao longo dos anos, especialmente com o marco do ano de 1827 quando houve a liberação para frequentar escolas pelas meninas, que passaram a estudar em colégios, que na sequência, ano de 1879, adveio a aceitação de mulheres em faculdades no Brasil, através de um decreto-lei que permitiu que as mulheres pudessem cursar o ensino superior, assim como já acontecia com os homens (TRF1. 2020).

E com o estudo vieram as conquistas relativas ao trabalho, quando em 1919 foi editada e aprovada uma resolução equiparando salários para homens e mulheres que exercem a mesma função através da Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Selando a participação ativa da mulher no cenário político-social em 1932, avanço em que as mulheres ganharam o direito pleno de votar, em 1934, onde o voto feminino passa a ser regulamentado no país para mulheres de todas as rendas, origens ou estado civil (TRF1. 2020).

Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, é reconhecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres, através da Carta das Nações Unidas, documento internacional,

seguido pelo Reconhecimento da igualdade de remuneração aprovada pela Organização Internacional do Trabalho a igualdade em 1958, porém só em 1988 houve uma mobilização pela igualdade de direitos entre homens e mulheres que ficou conhecida como Lobby do Batom, cuja pauta era a igualdade formal de direitos entre mulheres e homens na Constituição Federal do Brasil (TRF1. 2020).

Como destaca Nogueira (2004, p.37):

É nessa década que o combate à opressão contra mulher torna-se mais acentuado; era preciso, mais do que nunca, lutar pela sua emancipação, com todas as especificidades que isso implica, como, por exemplo, salários iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada.

Diante de tantos avanços em busca da liberdade do gênero feminino em 2006 foi criada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada para combater a violência contra a mulher, que sofre intensamente pelos laços históricos de submissão, sendo alvo de violências constante, especialmente pelo fato do homem acreditar numa superioridade de gênero, ainda vivenciada na sociedade atual, usando a força para mostrar que é varão e, nesse sentido, supõe dominá-la.

Nesse lapso de conquistas, a mulher conseguiu romper barreiras significativas para sua autoafirmação e numa análise do contexto mercadológico e aspectos do trabalho, a mulher ainda encontra preconceitos de gênero fortemente ativos nas relações, inclusive na comparação dos valores remuneratórios mostra-se mais patente as diferenças, o que a mantém em situação de desvantagem.

No que concerne às questões relativas às representações de gênero, acabam por colocar as mulheres como as maiores responsáveis pelas obrigações domésticas, principalmente em termos de cuidados com a família. (GIRÃO, 2001. 130f.). Nesse sentido, continua recaindo sobre as mulheres o ônus dessa reestruturação, pois, mesmo assumindo funções técnicas no mercado de trabalho, elas continuam se sentindo responsáveis pelas funções do lar e muitas delas resistem à ideia de delegação das tarefas domésticas, o que dificulta o estabelecimento de novas formas de relação. (GIRÃO, 2001. 130f)

A maneira do patriarcado, onde homens mantêm o poder primário e destacam-se em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades perdura ao longo dos tempos, sendo no domínio familiar o destaque do pai mantendo a autoridade sobre as mulheres e as crianças, o que vêm sendo objeto de lutas constantes para essa desconstrução de poder.

É certo que essa construção histórica também está unida ao machismo sistêmico, associado a “um forte senso de orgulho masculino”, inferiorizando o sexo oposto e construindo uma ideia de superioridade viril.

O texto “A Mulher e a Tripla Jornada de Trabalho a Arte de Ser Beija-Flor” destaca

que as mudanças culturais relativas ao papel social da mulher, decorrentes dos impactos provocados pelos movimentos feministas, e do aumento da presença feminina no mercado de trabalho contribuíram para a sua maior aceitação no espaço produtivo. (AMARAL, VIEIRA, 2009, P. 01)

Contudo, o poder simbólico masculino ainda é exercido sem qualquer coação física, emoldurando emoções, paixões e sentimentos, bem como as representações sociais capitaneadas pelo capital simbólico que colocam a mulher no lugar de menos capaz, o sexo frágil, ser de segunda categoria, aquela que precisa ser protegida, já a potência, a virilidade e demais atributos de força e proteção são endereçados aos homens, pois o lugar destinado a eles é o de naturalmente superiores.

### 3 I PANORÂMICA SOBRE O TELETRABALHO

Ao observar a trajetória da evolução humana enquanto agregado social, percebe-se rapidamente a relação, sempre presente, entre a interação humana e o trabalho. Com o desenvolver constante desta relação, vivemos, atualmente, o que se costuma denominar de “quarta fase da Revolução Industrial” caracterizada pelo célere desenvolvimento de tecnologias em áreas como genética, física e avanços digitais constantes.

Tal realidade gera impactos nas relações laborais, as quais por interferência do meio, sofrem permanentes modificações. Com relação ao Teletrabalho, a evidência da COVID-19 e a necessidade do isolamento social apressou a massificação de sua adoção, que já vinha sendo arduamente debatida em face da reforma trabalhista, Lei 13.467/17, que já regulava a matéria.

Com a realidade da Pandemia no Brasil, houve a aprimoração e ajustes para o desenvolvimento das atividades laborais através do Teletrabalho por meio da Medida Provisória MP nº 927/2020 que trouxe, dentre as medidas elencadas este meio de prestação laborativa como alternativas para o enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública, passando o Teletrabalho a ser a primeira opção, especialmente por passar para uma questão sanitária de calamidade pública.

Mas o que é o Teletrabalho e quais as aplicabilidades no tempo? Partindo da análise do contrato de trabalho que é o negócio jurídico que formaliza a relação laboral, podemos observar as considerações tecidas a seguir:

O contrato de trabalho importa, portanto, no poder que se confere a uma das partes contratantes – qual seja, o empregador – de dirigir a atividade de outrem – empregado. Assim, sob a égide da subordinação jurídica, o elemento humano da produção – empregado – perde a sua autodeterminação, desempenhando uma atividade totalmente dirigida. (D'ANGELO, 2014, p.29)

Nessa relação de subordinação e evolução das relações laborativas e sobre a dominação pode-se destacar:

A dominação do empregador sobre o trabalhador não mais se restringe ao controle da jornada de trabalho e ao exercício do poder disciplinar dentro do ambiente de trabalho, na atual fase do capitalismo, o controle transcende a função exercida e é responsável pela detenção da individualidade de cada trabalhador, que passa a ser mero escravo do sistema. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 9)

Evidencia-se como conceito do Teletrabalho “a modalidade de trabalho, a partir da qual alguém presta serviços por meio das ferramentas de comunicação e informação (notoriamente internet), distante geograficamente do seu tomador de serviços” (FINCATO, PIANTÁ, 2017, p. 9)

Assenta-se ainda o conceito de Teletrabalho:

De origem etimológica grega, tele significa distância. O teletrabalho é uma modalidade especial de trabalho à distância, tipo específico, contido neste. Não à toa, o legislador reformista o colocou com requisitos específicos e formalidades intrínsecas à contratação, que o fazem um contrato de tipo especial. No teletrabalho, conjugam-se elementos que permitem identificar algo além do mero trabalho fora do estabelecimento (sede física) do empregador. Tem-se a presença obrigatória da tecnologia da comunicação e informação, quer como ferramenta de trabalho, quer como mediadora da distância relacional, ou até como próprio espaço (virtual) de trabalho. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.344-345)

Nesse panorama, ressalta-se que o Teletrabalho surgiu na década de 70 no cenário mundial, e nos anos 90 aparece no contexto trabalhista, todavia foi devidamente incorporado à Legislação trabalhista de forma genérica em 2011 com a inserção do artigo 6º da Consolidação dos Direitos Trabalhistas – CLT, prevendo os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão e equiparando-os, para fins de subordinação jurídica.

Posteriormente, com a promulgação da Lei 13.647 em 2017, foi incluído o artigo 75 alíneas A à alínea E, regulamentando o Teletrabalho. Um novo normal surgindo para a vida da humanidade e para o Direito Do Trabalho, com mudanças significativas na rotina e comportamento, conforme apontamentos abaixo:

Em março de 2020, com a chegada da pandemia de coronavírus ao Brasil, uma das alternativas para a continuidade de negócios e preservação de empregos de que se lançou mão foi exatamente o teletrabalho. Durante a vigência do Decreto-Legislativo nº 06/2020, que decreta Estado de Calamidade no Brasil, estima-se que uma grande parte da população trabalhadora brasileira alterará o perfil de seu contrato para a prestação remota de serviços, ensejando uma série de questionamentos e desdobramentos. Mesmo antes do vigor da Medida Provisória nº 927/2020, especialistas alertavam<sup>3</sup> para o potencial do teletrabalho como mecanismo que permitiria a conciliação da continuidade do trabalho com as políticas de isolamento social. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.342;343)

Complementando o destaque:

O claro incentivo ao teletrabalho não foi por acaso. Esta modalidade de trabalho apresenta-se como grande aliada da quarentena e da contenção da garantida crise econômica que decorreria da paralisação total de todas as empresas no mundo. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.226)

No enfoque da divisão do trabalho, notadamente, do ponto de vista histórico a mulher sempre foi ligada aos trabalhos domésticos e cuidados basilares familiares, como se o fato de gerar filhos, a torna símbolo de gerir tudo em torno dessa vida gerada e, mesmo nos casos de inexistência de prole, a mesma possui raízes na realização de trabalhos domésticos.

A sociedade evoluindo, surge a necessidade de aumentar a renda e a mulher cada dia mais ativa no mercado de trabalho, especialmente com a necessidade presente do trabalho externo, a determinação de novos rumos, porém não acontece uma ruptura com os lares, crescendo o acúmulo das atividades caseiras, laborais e ainda a cobrança pela atualização na sua área de atuação.

Analogicamente, enfatiza-se como palavra sensorial a situação do papel feminino nas relações sociais, a superação, como bem destacado quando se descreve a análise, no texto abaixo mencionado, que assim destaca:

Esse parece ser o ideal das mulheres, de serem bem-sucedidas no espaço produtivo, assim como os homens, mas de continuar sendo útil no plano familiar, no qual podem dar vazão aos seus afetos, atendendo às expectativas sociais quanto ao feminino. No entanto, ao optarem por incluir uma terceira jornada à sua rotina diária de responsabilidades, mesmo sendo prazeroso adquirir novos conhecimentos e fortalecer a rede de relacionamentos do mesmo nível social, as mulheres reforçam, de forma não consciente, o jogo das dominações. (AMARAL, VIEIRA, 2009, P. 14)

O papel da mulher no cenário pré-pandemia era traçado com entendimento de que as mulheres exercem uma dupla jornada de trabalho – trabalhando dentro e fora de casa, conforme podemos observar nesse trecho:

[...] a mulher exerce, em geral, a jornada duplamente, dentro e fora de casa, ou, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos e de si própria (ANTUNES, 2002, p. 108).

O autor ainda destaca que “sem essa esfera de reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas” (ANTUNES, 2002, p. 109).

Em meio à Pandemia, o Teletrabalho evidenciou que as mulheres exercem não dupla

e sim tripla jornada laborativa. Elas são objeto de vários estudos, dos quais destaca-se um deles divulgado pela Welch's, destacando que ser mãe equivale a ter quase 3 empregos em tempo integral, pois envolve até três vezes mais trabalho do que qualquer outra profissão. (TVJORNAL.NE10. 2020).

Algo relevante apontado pelo mesmo estudo destaca que a maioria das mulheres trabalham entre 98 e 100 horas por semana, em média, para cuidar da casa e das crianças. A jornada feita pelas mães, equivale a um turno de 14 horas, sete dias por semana, sendo equivalente a trabalhar em 2,5 empregos de 40 horas semanais” (TVJORNAL.NE10. 2020).

Pela conclusão deste estudo com ênfase da mulher e seu papel nos cuidados domésticos e familiares, quando somados ao desempenho das atividades do trabalho formal advém uma conclusão de sobrecarga sem precedentes, surgindo incógnitas no que concerne aos impactos dessa nova realidade, inclusive se há o direito dela desconectar-se?

Pergunta provavelmente com resposta negativa, salientando que essa “conta” chegará e, notadamente, o preço será alto, pautando em dúvida saliente sobre quais mares se navegará no futuro?

#### **4 I O TELETRABALHO COMO VIGILÂNCIA PERMANENTE E OSTENSIVA**

Partindo da premissa que os contratos de trabalhos possuem requisitos cumulativos para a formalização, enumerando-os tem-se a alteridade, a subordinação, a pessoalidade, a onerosidade, e a não eventualidade. Dentre eles, o da subordinação revelado como excessiva no panorama da pandemia acende as atenções para a possibilidade de males ocasionados na relação de emprego, especialmente em referência às mulheres que já saboreiam uma jornada triplamente atribuída.

É certo que esse momento gera impactos significativos para toda a população mundial, havendo apenas valoração de cada indivíduo diante da situação basilar em que se encontra, conforme extrai-se do livro O Direito do Trabalho na crise da COVID-19 em destaque:

A pandemia da covid-19 provocou a inauguração de um cenário jurídico absolutamente excepcional no Direito do Trabalho brasileiro, franqueando o manejo de instrumentos e medidas pouco convencionais ou, mesmo, impensáveis em tempos de normalidade.

(...)

O Direito do Trabalho de crise, que emerge na atualidade, oferece a todos, empregadores, trabalhadores, sindicatos e operadores do Direito, desafios sem precedentes. Como na canção de Lulu Santos, “nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia”. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.226)

Para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, numa análise sobre o sistema econômico, assim se expressa:

O cenário de caos de uma pandemia expõe as fragilidades do capitalismo, que não tem um modelo de justiça social na agenda. A pandemia ensina que sim, é preciso mudar, pois o futuro estará sempre ameaçado enquanto os modos de produzir e existir seguirem sendo predatórios e injustos, pois, “só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível começar a pensar uma sociedade em que a humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita” (SANTOS, 2020, p. 66).

A quarentena traz dificuldade para alguns grupos em uma escala de mais abrangência, as mulheres, trabalhadores precários, informais, os sem-teto e as populações em situação de rua, os moradores de periferias pobres das cidades, favelas, para refugiados, os imigrantes indocumentados, as pessoas com deficiência. Nesse sentido, aprendemos que o vírus torna ainda mais aparente as situações de injustiça, discriminação e exclusão social.

No texto que considera essa modalidade de prestação laboral como um admirável escravo novo as autoras (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 9) expressa que a modalidade contratual do teletrabalho, por sua vez, merece certo destaque, tendo em vista que enseja uma modalidade específica e mais recente de uma nova forma de escravidão, a escravidão digital. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 21)

Numa perspectiva de análise crítica relatam as autoras:

Os elementos do teletrabalho são facilitadores da instauração de uma rotina de trabalho intensa e exacerbada, caracterizada pelas longas jornadas de trabalho, sem os devidos intervalos, e pela ausência de separação entre o que se considerava vida dentro e fora do trabalho. A produção frenética, contudo, tem seu preço, sendo esse rapidamente apresentado através de diversos sintomas físicos e mentais. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 17)

Quando analisamos a forma de organização do Teletrabalho, inclusive com a previsão de metas mostra-se evidente a ocorrência de maior carga de submissão imposta pelos empregadores, pois, com a utilização de softwares, pode-se precisar a quantidade de horas conectadas, portanto o momento que se estava trabalhando, num sistema de vigilância intensa.

A escravidão digital emerge em um cenário no qual não há mais uma separação entre o ambiente de trabalho e o ambiente de vida pessoal, tendo em vista que se passa a trabalhar em qualquer lugar onde se possa estar conectado. A ruptura da dicotomia do ambiente laboral ocasionada pelo teletrabalho e pelos meios telemáticos de comunicação rompem a clássica jornada de trabalho e impedem a desconexão do trabalhador. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 26)



Surpreendentemente, a complexidade do vírus que isolou o mundo do convívio social, e ainda, admirável como os donos de empresas, capitalistas assíduos mostraram-se sorrateiros e não desvinculam o pensamento de gerir mais lucro, ocasionando nos seus subordinados uma complexa imposição de metas e/ou trabalhos que pelo emprego hostil vêm gerando consequências e adoecimentos elevados, somatório de uma momento delicado que a humanidade atravessa, travando uma máxima de que ou há mudança, ou a humanidade se extingue, sendo essa a maior lição do vírus.

## 5 | DIFERENÇAS DE GÊNERO NOS RESULTADOS DO MERCADO DE TRABALHO E DO TRABALHO FEMININO COM EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A dicotomia humana emerge nos gêneros masculinos e femininos e evidencia ao longo da história diversidades antagônicas factíveis de insucesso. Voltando-se a análise de princípios basilares do direito como à igualdade ou isonomia que estão presentes no ordenamento brasileiro, inclusive em destaque nos dizeres do artigo 5º da nossa lei maior determinando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade [...] (Brasil, CF/88, 2020).

Por conseguinte, resta patente que o artigo elencado na carta magna brasileira prima pela igualdade perante a lei, portanto os direitos advindos das relações humanas e de trabalho devem ser pautados nos ares de equidade entre trabalhadores, independentes de gênero, logo deve estar presente a paridade nos contratos e relações de trabalho.

Para Nogueira (2004, p.18), “o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e poratividades adaptadas a suas capacidades inatas.”

Em conformidade com os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), a sociedade brasileira modificou ao longo dos anos com aparente redução no tamanho das famílias e o crescimento da proporção de lares sob a responsabilidade das mulheres, que passou de 18,1% em 1991, para 24,9% em 2000. Para cada 100 mulheres, havia no Brasil 96,93 homens, apenas acentuando o dado que anteriormente já destacava a maior presença feminina no país.

Notadamente, a *contrário sensu* dos argumentos destacados e dos dados do Censo do corrente ano, reafirma-se que não encontramos situação análoga quando se verifica aumento da participação feminina, porém ainda com distanciamento entre os sexos, tendo na População Economicamente Ativa - PEA (8% em 1940 e 46,4% em 2008) e a ampliação de sua escolaridade (IBGE, 2008). Sobre os mais escolarizados de ambos os sexos (média de quinze anos de estudo), 85% dos homens e apenas 67% das mulheres ganhavam mais

de cinco salários mínimos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003; IBGE, 2000).

Por analogia destaca-se os dados referenciados de atividades típicas femininas e típicas masculinas:

[...] o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos, 6,2 milhões, em 2018 (ou 6,8% dos ocupados). Nessa atividade verificou-se também a maior disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, sendo esta essencialmente constituída de ocupações femininas (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens). Em situação inversa, a Construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,5 milhões de homens e somente 235 mil mulheres, em 2018 (IBGE, 2019, p. 25).

Numa análise das evidências empíricas, Ricardo Antunes destaca que de acordo com pesquisas:

O mundo do trabalho sofreu, como resultados das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, um processo de desproletarização do trabalho industrial, fabril, que se traduz, de um lado, na diminuição da classe operária tradicional e, de outro, numa significativa subproletarização do trabalho, decorrente das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc." Nesse contexto, há uma "heterogenização, complexificação e fragmentação do trabalho" e "múltiplo processo que envolve a desproletarização da classe-que-vive-do-trabalho e uma subproletarização do trabalho, convivendo, ambas, com o desemprego estrutural (ANTUNES, 2006, p.209-211).

Com isso, é perceptível que cada grupo possui sua vulnerabilidade instada em algum ponto específico. No caso das mulheres trabalhadoras, que estão preocupadas em a manter os seus empregos, submetem-se a situações degradantes e, pela sua natureza, agrega a sua rotina diária os afazeres do lar e sua aprimoração ao desempenho do trabalho sobrecarregando-se com a tripla jornada.

Notadamente, ainda há aquelas mulheres que priorizam o trabalho e acabam adiando a vida particular. Nesse sentido destaca-se um dado relevante em que houve a diminuição do número de filhos (a taxa de fecundidade caiu de 5,8 filhos na década de 1970 para 2,3 filhos nos anos 2000), (IBGE, 2019, p. 25), corroborando uma mudança significativa nos perfis de família pela presença mais atuante da mulher no mercado de trabalho.

Paralelamente à realidade enfrentada pelo sexo feminino, nas relações humanas e laborais, a desigualdade de gênero tornou-se ainda mais perceptível com a realidade da Pandemia, pois a problematização passa a ser contextualizada dentro das casas, sorrateiramente cobrando um preço maior das mulheres.

A presença física das mulheres, no domicílio familiar, proporciona situações inusitadas para rotina de trabalho, pois ocorre com grande frequência a interrupção dos filhos, especialmente para o auxílio simultâneo das aulas remotas das crianças, os

afazeres domésticos, a utilização de fundos falsos para disfarçar a bagunça da casa (ou preservar um pouco a intimidade), a agenda de reuniões ao longo dia, enfim inexistente uma delimitação para o desenvolvimento de cada tarefa adequadamente, sendo de concreto a impossibilidade de contato com familiares e apoiadores que auxiliavam no trabalho de casa e, sem saída, a mulher absorve toda a demanda.

O pensamento construído linearmente em referência à mulher ainda está atrelado à maternidade e à vida conjugal e doméstica, portanto mesmo que ela seja ativa no mercado de trabalho, independentemente da posição em que ocupe, não se abstém dos trabalhos envolvidos no entorno do lar e da família, necessitando a trabalhadora do sexo feminino um esforço em maior intensidade para se auto afirmar na colocação do mercado de trabalho.

Essa consagração histórica necessita de mudanças. O pensamento patriarcalista sobrecarregando a mulher que, para ser ativa no mercado de trabalho, enfrenta tripla jornada e sobrecargas desproporcionais.

Diante da análise de divisão de gênero, o cenário desfavorável à evolução feminina carece de medidas construtivas de identidade, sendo necessária a reformulação da moldura aplicada com um olhar coletivo igualitário entre os homens e mulheres, prevalecendo este sobre o interesse individual, norteando as relações pessoais e laborativas.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada feminina é dotada de assimetrias sociais que se tornam mais evidentes agora, com a chegada de uma doença viral que compromete a rotina da humanidade. Visivelmente, ficou latente o pavor pelo desconhecido que surgiu e perdura, trazendo uma insegurança, pois a sociedade não está habituada à experiência da dor e do sofrimento para sobreviver num mundo que se faz mórbido.

Atentando para a existência normativa é nítida a flexibilização de direitos e violação de garantias básicas dos trabalhadores, menos favorecidos, em prol da movimentação da economia. As medidas tomadas a fim de que se possa minimizar os danos futuros sempre são escolhas que favorecem o empresariado e sobrecarrega a parte hipossuficiente da relação de trabalho, o que só corrobora a desigualdade de gênero numa perspectiva social.

É inaceitável a tratativa dos trabalhadores como mercadorias, nas quais o capitalismo se estrutura, tendo como seus companheiros inseparáveis o colonialismo e o patriarcado, assim faz-se necessária a implementação de mudanças basilares perpetrada na positivação da prioridade no ser humano e sua qualidade de vida.

Nesse contexto, será salutar uma reinterpretação dos desafios do mundo contemporâneo e uma nova articulação jurídica, através de uma nova pauta hermenêutica, para evitar a reiterada violação dos direitos humanos das Teletrabalhadoras, principalmente devido ao seu vultoso ônus de atribuições atreladas ao desempenho de suas funções laborativas no entorno do lar e para possibilitar uma nova fase saudável para a humanidade

no que diz respeito a seara do Direito do Trabalho.

Importante destacar, ainda, a necessidade de ressignificação da sociedade e das mentes masculinas, especialmente quanto aos trabalhos domésticos, embora culturalmente declarado papel feminino, com uma evolução pode ser pactuado com o sexo oposto, pautado na conscientização e divisão de tarefas e compromissos diante do lar que realizados com equidade, traria uma qualidade de vida para aquelas que buscam aparar as arestas em todos os campos, embora nem sempre consiga a excelência, devido à sobrecarga e exaustão consequentes dessa conjugação de afazeres e inexistência de pacto que torne as rotinas equivalentes para ambos os sexos.

No ponto de vista do enfoque do Teletrabalho feminino e a COVID 19 com a proposta de uma análise da divisão social e sexual do trabalho diante do “novo normal” exige-se afetar laços tradicionais com a desconstrução de um modelo histórico Patriarcalista em que a estrutura de poder social centralizada no homem ou no masculino seja desmontado pela ascensão do sexo oposto, a mulher rompendo as limitações e sobrecarga sem precedentes característicos dessa imposição social, porquanto a humanidade agindo de modo igualitário as relações terão, certamente, mais sucesso.

Por fim, espera-se uma sociedade que respeite as leis e especialmente a Carta Magna, Constituição Federativa do Brasil, que garanta a igualdade de todos, efetivando a premissa fundamental nas relações laborativas e pessoais para que seja efetivada a consolidação de uma sociedade justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE Agra Belmonte, MARTINEZ Luciano, MARANHÃO Ney. **O Direito do Trabalho na crise da COVID-19** – Salvador: Editora JusPodivm, 2020, p.221

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ARRUDA, Maria Júlia Cabral de Vasconcelos; D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **Admirável escravo novo? A escravidão digital x o direito à desconexão: uma análise crítica do instituto do teletrabalho brasileiro e suas consequências para a sociedade do capitalismo cognitivo**. In: Research, Society and Development, Itabira, v. 9, n. 4, p. e38942786, mar. 2020. ISSN 2525-3409. Disponível em: <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/2786>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

**CONQUISTAS e movimentos históricos das mulheres de 1791 a 2018.** TRF 2020. Disponível em: <<https://portal.trf1.jus.br/portaltf1/comunicacao-social/mulheres-no-judiciario/mulheres-no-judiciario/conquistas-historicas/>> Acesso em: 04/11/2020.

D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **A SUBORDINAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO.** Para ampliar os cânones da proteção, a partir da Economia Social e Solidária. Editora LTr, 2014. p. 72-92.

D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **O NOVO MUNDO LABORAL E O CAPITALISMO COGNITIVO.** Uma análise crítica da relação de trabalho contemporâneo, 2014. p. 72-92.

FINCATO, Denise Pires; PUANTÁ, Eduardo Coletto. Direito ao teletrabalho: reflexões sobre a imposição do teletrabalho ao empregador sob o prisma dos direitos fundamentais. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 198-219, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/21992>. Acesso em: 04 de nov. de 2020.

GIRÃO, I. C. C. **Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho.** 2001. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GUNTHER, Luiz Eduardo; GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva. **A igualdade de direitos entre homens e mulheres nas relações de trabalho.** Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 3, n. 32, p. 39-63, jul./ago. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Maria Rosa Lombardi; HIRATA, Helena. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** Trad. Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Senac, 2003.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>. Acesso em: 02 jun. de 2020.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004

**PENSAR a educação em pauta.** 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-cruel-pedagogia-do-virus-dialogos-com-boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

VIEIRA, Adriane and AMARAL, Grazielle Alves. **A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher.** *Saude soc.* [online]. 2013, vol.22, n.2, pp.403-414. ISSN 0104-1290. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200012>.

ESTUDO Welch's. Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2020/11/14/pesquisa-revela-que-ser-mae-equivale-a-ter-quase-3-empregos-em-tempo-integral-198701>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 75

Adolescente 8, 154, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175

Atividade Física 116, 117, 120, 121

### C

Comportamento humano 8, 176, 178, 179, 186

Comunicação 8, 12, 13, 30, 31, 32, 34, 37, 42, 59, 74, 75, 76, 77, 80, 84, 86, 88, 91, 92, 112, 119, 142, 181, 183, 188, 196, 202, 212, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Corona vírus 3, 14, 15, 59, 203

Covid-19 2, 5, 6, 7, 8, 1, 2, 4, 16, 17, 18, 19, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 50, 51, 59, 60, 63, 71, 73, 85, 86, 87, 91, 93, 108, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 142, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 171, 175, 176, 184, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 208, 211, 214, 219, 221, 222, 225, 229

Criança 8, 134, 144, 147, 148, 150, 151, 154, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 179

### D

Desenvolvimento Científico 3, 16

Desenvolvimento Tecnológico 232

Direitos Fundamentais 8, 170, 186, 189, 190, 192, 220

Direitos Humanos 134, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 167, 169, 172, 187, 191, 193, 200, 218

Docentes 31, 37, 59, 109, 112, 116, 120

### E

Educação 7, 16, 20, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 179, 195, 200, 220

Educação Alimentar 31

Ensino à distância 45, 46, 142, 160

Ensino híbrido 40, 41, 42

Ensino on-line 124, 126

Ensino Remoto 6, 31, 40, 42, 43, 48, 50, 52, 53, 59, 111, 112, 124, 139, 140, 141, 142, 143

## **F**

Família 12, 24, 30, 44, 51, 61, 62, 63, 65, 66, 72, 75, 82, 83, 84, 110, 131, 136, 137, 140, 144, 148, 151, 154, 158, 159, 162, 167, 171, 208, 210, 217, 218

## **I**

Inclusão Social 115

Isolamento Social 8, 5, 30, 32, 34, 40, 41, 53, 54, 55, 78, 111, 124, 134, 137, 139, 140, 147, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 170, 176, 179, 180, 186, 190, 203, 204, 208, 211, 212, 221, 225, 226, 227, 229, 231

## **M**

Metodologia Ativa 52

## **N**

Novas Tecnologias 19, 20, 25, 38, 39, 111, 132, 142, 145, 176, 186

## **O**

Obesidade 130

Organização 18, 22, 31, 34, 41, 47, 51, 60, 63, 67, 69, 86, 92, 110, 135, 143, 154, 155, 164, 173, 179, 180, 182, 198, 202, 204, 209, 210, 215, 220, 224, 225, 230

## **P**

Pandemia 2, 5, 7, 8, 1, 2, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 97, 100, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 142, 144, 145, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198, 200, 201, 202, 205, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 225, 227, 228, 229, 230

Precarização 128, 136, 138, 142, 209, 220

Prevenção 43, 69, 75, 76, 77, 82, 86, 110, 128, 164, 185, 203, 204, 205

Promoção da Saúde 31, 32, 33, 34, 37, 38, 70, 84

Protocolo 13, 16

## **R**

Reestruturação 84, 201, 210

Religião 140, 183, 221, 222, 223, 224, 230, 231

## **S**

Saúde Mental 37, 55, 58, 112, 118, 121, 130, 154, 155, 159, 161, 163, 208

## **T**

Tecnologia da Informação 31





Trabalho 8, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 33, 37, 38, 46, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 91, 92, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 130, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 152, 153, 169, 170, 171, 173, 174, 179, 181, 187, 195, 196, 201, 202, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 225, 226, 229

## **V**

Vulnerabilidade 84, 135, 138, 141, 170, 174, 195, 207, 217



# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# **Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2**

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)